Cargo	Número de diuturnidades	Remuneração base 1988 — Vencimento + diuturnidades	Remuneração base mais 1,5 % — Base 0	Valor corrigido — Compensação
	0	142 800\$00	145 000\$00	156 400\$00
	1	145 400\$00	147 600\$00	159 300\$00
Vice-presidente	2	152 050\$00	154 250\$00	166 000\$00
	3	154 650\$00	156 850\$00	168 600\$00
	4	157 350\$00	159 550\$00	171 300\$00
	5	160 000\$00	162 200\$00	173 900\$00

Decreto-Lei n.º 91/89

de 27 de Março

Através do presente diploma é instituído um regime misto de isenção de base e de taxas reduzidas até ao montante de 15 000 contos para a aquisição a título oneroso de prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos destinados exclusivamente a habitação.

No intuito de acabar com certas desigualdades e atendendo ao relevante contributo que prestam ao País, no domínio da cultura, assistência social e na formação das populações, é estabelecida a isenção de sisa e de imposto sobre as sucessões e doações para as aquisições de bens efectuadas por instituições de carácter religioso, quando destinados à directa e imediata realização dos seus fins.

Por outro lado, reformula-se a disciplina da concessão de isenção de sisa às aquisições de prédios para revenda, alarga-se para três anos o prazo da respectiva revenda e suprime-se, por esse motivo, a possibilidade de prorrogação do prazo anteriormente fixado, com o objectivo de eliminar um complexo e dispendioso processo burocrático daí resultante.

Finalmente, é revogado o n.º 21.º do artigo 11.º do Código da Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações, com o propósito de se alcançar uma clara coerência e unidade no sistema de benefícios, em sede de sisa, relativamente às aquisições de prédios urbanos destinados à habitação, medida que se traduz ainda no afastamento de um pesado encargo para as autarquias locais, como credoras do imposto.

Assim:

No caso da autorização legislativa concedida pelo n.º 1 e pelas alíneas b), c), d) e e) do n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 114/88, de 31 de Dezembro, e nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º O n.º 22.º do artigo 11.º, os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 13.º-A, o parágrafo 1.º e o seu n.º 2.º do artigo 15.º, o n.º 1.º do artigo 16.º e o artigo 33.º do Código da Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações passam a ter a seguinte redacção:

Art. 11.º

22.º Aquisição de prédio ou fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação, desde que o valor sobre que incidiria a sisa não ultrapasse 5 000 000\$;

Art. 13.º-A

1.º Para efeitos do disposto na parte final do corpo deste artigo, considera-se que o contribuinte exerce normal e habitualmente a actividade quando comprova o seu exercício do ano anterior mediante certidão passada pela repartição de finanças competente, devendo constar sempre daquela certidão se, no ano anterior, foi adquirido para revenda ou revendido algum prédio antes adquirido para esse fim.

2.º Quando o prédio tenha sido revendido sem ser novamente para revenda, no prazo de três anos, e haja sido paga a sisa, esta será anulada pela repartição de finanças, a requerimento do interessado, acompanhado de documento comprovativo de transacção.

Art. 15.º

1.º As isenções a que se referem os n.ºs 16.º do artigo 11.º, 11.º do artigo 12.º, 3.º e 14.º do artigo 13.º serão concedidas pelo director-geral das Contribuições e Impostos e as previstas na parte final do corpo do n.º 20.º do artigo 11.º e no n.º 11.º do artigo 13.º, pelo Ministro das Finanças, devendo o requerimento ser instruído com os documentos necessários para comprovar os factos alegados e, designadamente:

2.º Nos demais casos dos n.ºs 16.º do artigo 11.º e 11.º do artigo 12.º e nos dos n.ºs 3.º e 14.º do artigo 13.º, com documento comprovativo da existência legal da instituição e confirmação pelo Ministério da tutela de que se trata efectivamente de uma das entidades abrangidas nesses números;

Art. 16.º

1.º Que aos prédios adquiridos para revenda foi dado destino diferente ou que os mesmos não foram revendidos dentro do prazo de três anos ou o foram novamente para revenda;

Art. 33.º As taxas da sisa são as seguintes:

1.º De 10 % nas transmissões de prédios urbanos ou terrenos para construção e de 8 % nos restantes casos;

2.º Tratando-se de transmissões de prédio ou fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação, serão as constantes da tabela seguinte:

Valor sobre que incide a sisa (em contos)	Taxas percentuais	
	Marginal	Média, no limite superior do escalão
Até 5000	0	0
De mais de 5000 até 7500	5	1,67
De mais de 7500 até 10 000	11	4,00
De mais de 10 000 até 12 500	18	6,80
De mais de 12 500 até 15 000	26	-
Superior a 15 000	Taxa única 10,00	

§ único. O valor sobre que incide a sisa, quando superior a 5 000 000\$, será dividido em duas partes, uma igual ao limite do maior dos escalões que nela couber, à qual se aplicará a taxa média correspondente a esse escalão, e outra igual ao excedente, a que se aplicará a taxa marginal respeitante ao escalão imediatamente superior.

Art. 2.º É aditado o n.º 14.º ao artigo 13.º do Código da Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações, com a seguinte redacção:

14.º As aquisições de bens efectuadas por instituições de carácter religioso, quando destinados à directa e imediata realização dos seus fins.

Art. 3.º — 1 — É revogado o n.º 21.º do artigo 11.º do Código da Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações, com efeitos a partir de 31 de Agosto de 1989, podendo os adquirentes de habitação própria e permanente optar até àquela data por este regime de isenção ou pelo estabelecido no n.º 22.º do artigo 11.º do mesmo Código.

2 — São revogados o § 2.º do artigo 16.º e os artigos 34.º e 35.º do Código referido no número anterior.

Art. 4.º O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 19 de Janeiro de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

Promulgado em 11 de Março de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 11 de Março de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Portaria n.º 233/89

de 27 de Março

Não tendo sido prevista a inserção da designação da entidade fabricante nos impressos de letras de emissão particular e nas livranças a que se referem as Portarias n.ºs 142/88, de 4 de Março, e 545/88, de 12 de

Agosto, reconheceu-se, entretanto, a necessidade dessa identificação por razões de segurança, controlo de qualidade e verificação do cumprimento das regras fixadas para a sua normalização.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, o seguinte:

1.º A designação, em letra reduzida sem o respectivo logotipo, da entidade fabricante dos impressos de letras de emissão particular e de livranças será inserida no canto inferior direito daqueles impressos limitado entre o espaço reservado ao nome e morada do sacado ou do subscritor, consoante o caso, e a margem direita.

2.º Os impressos ainda existentes que não abedeçam aos requisitos referidos no número anterior poderão ser utilizados até 31 de Dezembro de 1990.

Ministério das Finanças.

Assinada em 8 de Março de 1989.

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *José de Oliveira Costa*.

Despacho Normativo n.º 27/89

Considerando a necessidade de se proceder à actualização da tabela de ajudas de custo para missões oficiais ao estrangeiro:

1 — São actualizadas as ajudas de custo diárias a abonar aos funcionários e agentes do Estado e a entidades a eles equiparadas que se desloquem em missão oficial ao estrangeiro, as quais passam a ser constantes da tabela seguinte:

Categoria	Montante
Membros do Governo	17 700\$00
Funcionários, agentes do Estado e entidades a eles equiparadas:	
Superiores à letra D	15 700\$00
Da letra D à letra H	13 900\$00
Outras	11 800\$00

2 — O disposto no número anterior não se aplica a entidades abrangidas por instrumentos colectivos de trabalho em que se definam outras tabelas de ajudas de custo.

3 — Sempre que uma missão integre funcionários de diversas categorias, o valor das respectivas ajudas de custo será idêntico ao auferido pelo funcionário de mais elevada categoria.

4 — As condições especiais a que eventualmente deva ficar sujeito o pessoal em serviço nas missões diplomáticas no estrangeiro serão fixadas por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.

5 — A presente tabela produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1989.

Ministério das Finanças, 14 de Março de 1989. — O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.